

A INSERÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol¹

Resumo: O presente artigo teve como objetivo principal analisar a importância econômica e social da produção familiar na Região de Presidente Prudente. Essa região, localizada na porção sudoeste do Estado de São Paulo, caracterizou-se, desde o início do processo de ocupação, por uma estrutura fundiária concentrada, apresentando, por um lado, número reduzido de grandes propriedades utilizando vastas extensões de terras e, por outro, uma diversidade de unidades produtivas, estruturadas sobre o trabalho familiar, ocupando inversamente, pequena extensão territorial. Considerando a grande diversidade e complexidade que caracterizam as unidades produtivas familiares e o fato destas tenderem a se concentrar nos estabelecimentos agropecuários com área até 100 hectares, procurou-se, a partir dos dados de fonte secundária, analisar a inserção econômica e social dessas explorações na estrutura produtiva regional.

Palavras-chave: Produção familiar, importância econômica e social, Região de Presidente Prudente .

Abstract: The present paper had as main objective to analyze the economical and social importance of the family production in the Area of Presidente Prudente. That area, located in the Southwest portion of the State of São Paulo presented, since the beginning of the occupation process, a concentrated property structure, presenting, on one side, reduced number of large properties using vast extensions of lands and, on the other, a diversity of productive units, structured on the family work, occupying inversely, small territorial extension. Considering the great diversity and complexity that characterize the family productive

¹ Professora do Departamento de Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: hespanhol@stetnet.com.br

sido deflagrados na região, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que através de várias estratégias têm pressionado os governos federal e estadual, a intervirem na área visando, por meio da desapropriação de parte das fazendas com títulos de propriedades contestados, a implantação de assentamentos e reassentamentos rurais, levando ao fortalecimento da produção familiar na região.

Considerando a diversidade de formas apresentadas pela produção familiar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, procedeu-se a partir dos dados levantados junto aos Censos Agrícolas e Agropecuários da FIBGE no período 1950-1995/96, a análise da forma como esta se insere na dinâmica da estrutura produtiva regional, procurando identificar a importância econômica e social desse segmento de produtores.

Deve-se ressaltar, no entanto, que se por um lado, a utilização das informações estatísticas disponíveis nos Censos possibilitou a análise comparativa ao longo de um período relativamente longo (1950-1995/96), por outro, apresentaram-se restritivas por não possibilitarem a identificação das principais formas de produção na agricultura brasileira (patronal ou familiar), tendo em vista o fato dos dados serem estratificados por grupos de área.

Levando-se em consideração esse caráter restritivo e o fato de que, o conceito de agricultura familiar empregado pelo PRONAF, estabelece entre outros requisitos, que o produtor não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, o qual na referida Microrregião equivalem a 22 hectares, optou-se nesse trabalho, por identificar as unidades produtivas familiares como aquelas situadas no estrato de área até 100 hectares, que é o grupo de área que mais se aproxima de quatro módulos fiscais (88 hectares).

3. A Inserção da Produção Familiar na Dinâmica Agropecuária da Região de Presidente Prudente.

A ocupação efetiva da Região de Presidente Prudente e sua inserção à economia paulista é relativamente recente, sendo que nas décadas de 1930 e 1940, esta região se constituiu em área de fronteira agrícola e de atração populacional.

Assim, a despeito da importância desempenhada pelo cultivo de lavouras comerciais como o café, o algodão e o amendoim, e de subsistência, como o arroz, o feijão e a mandioca, desde o início do

processo de ocupação, a pecuária de corte se constituiu numa atividade econômica relevante para a economia regional (Leite, 1972).

No entanto, a partir de meados da década de 1950, com a intensificação dos problemas relacionados à agricultura regional, tais como: a) redução da fertilidade natural dos solos e a conseqüente diminuição dos níveis de produtividade; b) preços dos produtos agrícolas pouco compensadores ao agricultor; c) aumento da incidência de pragas nas culturas, exigindo maiores gastos com defensivos agrícolas; entre outros, associado à falta de uma política nacional de crédito rural mais direcionada para os produtores familiares, houve a retração da atividade agrícola na referida região.

Essa conjuntura pouco favorável à agricultura regional por um lado, e a possibilidade de expansão da pecuária de corte, incentivada pela ampliação do mercado consumidor de carnes – propiciado em parte, pela intensificação do processo de urbanização, sobretudo de São Paulo e Rio de Janeiro e pela disseminação do transporte rodoviário de carnes frigorificadas -, por outro, redundaram no incremento da atividade criatória, bem como, na instalação de frigoríficos na região, a partir dos anos 1950.

Assim, constata-se que em 1950, 31,6% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários eram utilizadas com pastagens, enquanto que 25,9% eram destinadas às lavouras permanentes e temporárias. Com a intensificação do processo de pecuarização nas últimas décadas, observou-se que em 1995/96 da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, 82,4% destinaram-se às pastagens, enquanto que apenas 9,8% foram cultivadas com lavouras.

Essa intensificação da atividade pecuária, realizada em moldes extensivos, ocorreu tanto em áreas anteriormente ocupadas com lavouras, como pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo, como o Pontal do Paranapanema.

Dessa forma, a estrutura fundiária da região tendeu a apresentar-se ainda mais concentrada a partir dos anos 1950, como se observa na Tabela 1. Assim, constatou-se no período 1950-1995/96, que enquanto o número total de estabelecimentos agropecuários apresentou uma redução de 39,8%, a área total utilizada pelos mesmos teve uma ampliação de 15,1%.

Tabala 1. Estrutura Fundiária da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente? 1950 - 1995/1996

	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1996	
	Nº Est.	Area (ha.)	Nº Est.	Area (ha.)	Nº Est.	Area (ha.)	Nº Est.	Area (ha.)	Nº Est.	Area (ha.)	Nº Est.	Area (ha.)	Nº Est.	Area (ha.)
Menos de 5	5.106	20.980	11.603	45.713	6.826	23.799	3.968	13.324	2.106	7.020	2.533	8.521	1.523	4.371
5 ----- 10	4.531	44.229	8.571	65.427	6.717	51.879	3.592	27.749	2.308	18.103	2.190	17.244	1.712	12.836
10 --- 20	4.775	67.715	5.034	70.599	5.266	74.708	3.537	51.035	2.906	42.193	3.385	49.806	3.301	50.749
20 --- 50	4.547	143.415	3.432	106.633	3.569	110.738	3.293	103.765	3.274	104.677	3.625	117.334	3.281	104.935
50 --- 100	1.285	91.700	1.017	72.328	1.314	93.512	1.382	98.205	1.465	104.295	1.549	110.582	1.462	104.013
100 --- 200	561	77.057	567	79.436	720	100.263	839	117.980	879	121.983	963	134.816	928	130.719
200 --- 500	360	110.490	397	125.116	591	184.593	643	200.426	745	229.471	745	229.125	791	243.985
500 --- 1.000	124	84.732	200	141.989	249	174.629	274	192.082	286	204.015	310	218.320	319	228.302
1.000 e +	181	662.158	172	516.367	296	781.389	345	890.736	351	868.207	330	793.008	285	619.794
Total	22.614	1.302.476	31.002	1.223.608	25.548	1.595.510	17.894	1.695.302	14.336	1.699.964	15.638	1.678.756	13.602	1.499.704

Fonte: F.I.B.G.E. Censo Agrícola de 1950 e 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996.

A grande concentração fundiária ocorrida no período fica evidenciada quando se observa que, apesar dessa ampliação na área ocupada, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, apresentaram no referido período redução de 47,2% no seu número e de 24,8% na área ocupada; enquanto que os estabelecimentos com área superior a 100 hectares, tiveram um aumento de 65,0% no seu número e de 30,8% na área ocupada. Com isso, a área média dos estabelecimentos agropecuários da região elevou-se de 57,6 hectares em 1950 para 110,2 hectares em 1995/96.

Por sua vez, os estabelecimentos com área superior a 100 hectares apresentaram no período em apreço, incrementos significativos, tanto em relação ao número de estabelecimentos como à área ocupada pelos mesmos, com elevação de 69,2% e 64,9%, respectivamente, em virtude da consolidação da pecuária de corte na região e da expansão da cana de açúcar em grandes explorações, a partir do final dos anos 1970.

A redução acentuada no estrato dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares no período 1950-1995/96, pode ser atribuída à vários fatores, dentre os quais se destacam: a) a falta de uma política nacional de crédito rural nesse período, destinada a esses produtores rurais, - enquanto os médios e grandes produtores foram beneficiados com linhas especiais de crédito -, levando-os a recorrerem freqüentemente ao capital usurário, para continuarem cultivando a terra; b) a instabilidade nos preços dos produtos agrícolas, agravando a situação econômica desses produtores; c) a deficiência do sistema de assistência técnica oficial aos pequenos produtores rurais; d) o baixo grau de organização dos produtores em associações ou cooperativas; e) a falta de perspectiva para continuarem se reproduzindo enquanto pequenos produtores, já que houve uma grande elevação no preço da terra, em virtude da especulação fundiária, tornando-a cada vez menos acessível para esses agricultores.

Dessa forma, o caráter extensivo assumido pela pecuária regional associado à intensificação do processo de concentração fundiária, decorrente em grande parte da expansão desta atividade, e a crise econômica enfrentada pelos produtos tradicionalmente cultivados na região como o algodão, o café, o amendoim, etc. provocaram a descapitalização crescente das explorações familiares, resultando na menor capacidade de absorção de mão-de-obra e a conseqüente expulsão de um expressivo contingente populacional. A mudança no perfil agropecuário, por um lado, e o fraco desempenho da economia regional, especialmente no que se refere ao setor industrial, por outro,

fizeram com que a região não conseguisse reter parcela da população, passando a caracterizar-se como área de expulsão populacional (Leite, 1981/83).

A solução encontrada por uma parcela significativa desses produtores rurais foi migrar para regiões de fronteira agrícola, para se reproduzirem como pequenos agricultores, ou para cidades maiores como São Paulo, à procura de melhores condições de vida. Para aqueles que permaneceram no campo, poucas alternativas restaram: dedicar-se às culturas comerciais tradicionalmente cultivadas na região como o algodão, o milho, o feijão, entre outras, ou arriscar-se no cultivo de lavouras estimuladas a partir do final dos anos 1970 e no decorrer de 1980, destinadas ao processamento agroindustrial como o tomate rasteiro e a mandioca ou à comercialização *in natura* como a batata-doce, a fruticultura (melancia, manga, uva, maracujá, etc.) e a horticultura (verduras e legumes).

Dessa forma, constatou-se que em 1995/96, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, representavam 82,9% do número total de estabelecimentos, mas apenas 18,5% da área total; inversamente, os estabelecimentos com 100 hectares e mais, detinham 17,1% do número total, porém, abarcavam mais de 80,0% da área total.

4. A Importância Econômica e Social da Produção Familiar

Não obstante a área relativamente menor ocupada pelas unidades produtivas com área inferior a 100 hectares e as inúmeras dificuldades enfrentadas por esses produtores constatou-se que estes apresentaram no ano agrícola 1995/96, um desempenho econômico e social importante no âmbito produtivo da Região de Presidente Prudente.

No que se refere às principais culturas regionais em termos de valor da produção constatou-se que no ano agrícola 1995/96, as unidades produtivas com área inferior a 100 hectares, com exceção da cultura da cana-de-açúcar – com 86,5% do volume produzido em estabelecimentos com área de 500 hectares e mais - e do arroz – com 47,0% da sua produção oriunda de estabelecimentos com área entre 100 e 500 hectares -, foram responsáveis pelo maior volume de produção das seguintes lavouras: algodão (63,3%), amendoim (81,5%), batata-doce (90,8%), café (78,7%), feijão (57,4%), laranja (72,2%), mamona (100,0%), mandioca (85,7%), manga (74,1%), maracujá (92,1%),

melancia (80,9%), milho (38,4%), tomate (89,1%) e uva de mesa (91,6%).

Verificou-se também que além do predomínio dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares na maior parcela do volume produzido, essas unidades produtivas apresentaram-se também responsáveis pelo maior valor da produção das seguintes lavouras: algodão (58,8%), amendoim (82,4%), batata-doce (89,1%), café (79,7%), laranja (75,7%), mamona (100,0%), mandioca (71,7%), manga (87,7%), maracujá (90,4%), melancia (66,2%), tomate (73,5%) e uva de mesa (94,9%).

No que se refere à produção animal, esta compreende principalmente a pecuária de corte e leite, que apresentaram no período 1950-1995/96, crescimento da ordem de 330,0% e 502,0%, respectivamente.

O aumento verificado no efetivo bovino da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente deveu-se essencialmente à expansão das áreas com pastagens, que no período foi de 198,4%, associado ao fato de que, todas as fases da atividade criatória, ou seja, cria, recria e engorda do gado de corte, passaram a ser realizadas na região. Em consequência desse fato e associada à crise na agricultura regional, a pecuária de corte tornou-se uma atividade realizada em praticamente todos os estratos de área. Tal fato é constatado quando se verifica que, segundo os dados do IBGE, em 1995/96, o rebanho bovino encontrava-se distribuído da seguinte forma: 21,5% do total encontravam-se em estabelecimentos com área inferior a 100 hectares: 27,0% entre os estabelecimentos com área de 100 a menos de 500 hectares e 51,5% do efetivo bovino concentravam-se em estabelecimentos com área superior a 500 hectares.

Com relação à condição do produtor na pecuária de corte, destacava-se o fato de que em 1995-96, 96,9% do rebanho bovino concentravam-se em estabelecimentos dirigidos por proprietários, enquanto que as demais categorias tinham uma participação irrisória² na atividade.

Apesar da predominância da categoria dos proprietários na pecuária, esta tem constituído-se numa atividade cuja função é diferenciada para a grande exploração e para as unidades produtivas

² A participação das demais categorias de produtores na atividade de pecuária era a seguinte em 1995-96: os arrendatários eram responsáveis por 1,9% do rebanho bovino, os ocupantes com 0,9% e os parceiros com 0,3%.

familiares. No caso dos grandes estabelecimentos agropecuários, detentores de 51,5% do rebanho bovino, a pecuária possibilita a manutenção da propriedade privada da terra – em muitos casos, com títulos duvidosos ou irregulares - e a apropriação da renda da terra, sem a necessidade de grandes inversões de capital e com a utilização de pequena quantidade de mão-de-obra. Para os estabelecimentos menores (até 100 hectares), a atividade representa uma alternativa econômica, já que a agricultura apresenta uma série de inconvenientes comparativamente à pecuária de gado misto (corte e produção de leite) em pequena escala. Dessa forma, associada à produção agrícola, constituiu-se numa atividade complementar, sendo que em situações excepcionais - como doenças na família, quebra na safra, etc. ou dificuldades econômicas – pode converter-se, rapidamente, por meio da comercialização de algumas cabeças de gado, em dinheiro, garantindo a manutenção da família e o acesso à terra.

Deve-se ressaltar que, não obstante o predomínio da pecuária de corte para a produção de carne bovina, a região apresentou um desempenho satisfatório na produção de leite, sendo responsável em 1995-96 por 5,6 % da produção estadual.

O incremento verificado na produção de leite no referido período deveu-se ao fato de que, com a decadência da agricultura regional, parcela considerável dos produtores familiares passou a associar a atividade agrícola com a pecuária mista (corte e leite), *“tendo o leite como atividade que garante o custeio da atividade de corte, uma vez que a renda é regular e bem distribuída ao longo do ano”* (Relatório PRODER/SEBRAE, 1998, v. I, p.26).

Como conseqüência da presença do gado misto (carne e leite), observa-se que a produtividade regional é baixa, situando-se entre dois e três litros/dia por vaca.

Assim, o aumento verificado na produção de leite da Região de Presidente Prudente no período 1950-1995/96 deveu-se essencialmente, à elevação do número de vacas ordenhadas, que cresceu 306,7% no período. Isso porque, a adoção de melhorias tecnológicas nessa atividade, tal qual a pecuária de corte, tem sido muito limitada, haja vista que em 1995, segundo o LUPA, somente 184 produtores de leite declararam fazer uso de ordenhadeira mecânica, 289 de confinamento e 342 de inseminação artificial.

Com relação à condição dos produtores de leite, destacava-se a participação dos proprietários, que concentraram em 1995/96, 95,3% da produção total de leite, enquanto que os ocupantes detinham 2,2%, os

arrendatários com 2,0% e os parceiros com 0,5% do volume total produzido.

No que se refere à produção de leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente no ano 1995/96, verifica-se que 53,8 % eram provenientes de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, enquanto que 33,6% e 12,6% do total eram obtidos de estabelecimentos com área entre 100 a menos de 500 hectares e superior a 500 hectares, respectivamente.

5. A Utilização de Mão-De-Obra nas Unidades Produtivas Familiares

Uma das conseqüências sociais da adoção de inovações tecnológicas na agricultura foi a redução do trabalho humano devido à utilização mais intensa de máquinas e equipamentos agrícolas. Todavia, como esse processo foi parcial, tanto em termos espaciais (concentrando-se em algumas áreas no Centro-Sul do país), de produtores (privilegiando os médios e os grandes), de produtos (beneficiando os exportáveis, para produção de combustível e/ou matérias-primas agroindustriais) como do ponto de vista do processo produtivo, concentrando-se em apenas algumas fases. Como conseqüência desse caráter parcial do processo de modernização houve por um lado, o aumento da sazonalidade do trabalho na agricultura, ensejando a utilização mais intensa da mão-de-obra temporária em detrimento da permanente e, por outro, a expropriação de um grande contingente de produtores familiares, pequenos arrendatários e parceiros. (Graziano da Silva, 1981).

Na Região de Presidente Prudente, o processo de modernização agrícola foi, em seu conjunto, menos pronunciado do que o observado para o Estado de São Paulo. Todavia, as mudanças ocorridas na dinâmica econômica regional, a partir dos anos 1950, concorreram para que houvesse uma grande redução nas chamadas formas precárias de acesso à terra como o arrendamento, a parceria, o colonato, etc., ao mesmo tempo em que provocaram, a redução na utilização da mão-de-obra permanente e o aumento do trabalho temporário. Além disso, a institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo, os direitos trabalhistas urbanos (férias, 13^o salário, descanso semanal remunerado, jornada de trabalho, etc.), aceleraram a expulsão do trabalhador do campo.

Esse fato é evidenciado quando se observa que no período 1950-1995/96, houve a redução acentuada no número total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. No conjunto do Estado de São Paulo, essa redução no número de pessoas ocupadas no meio rural foi de 39,6 %, enquanto que na região de Presidente Prudente, foi de 54,2%.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente constata-se que, em todo o período analisado, a categoria dos responsáveis e membros não-remunerados da família predominou quantitativamente sobre as demais formas de ocupação nos estabelecimentos agropecuários, apresentando, inclusive, aumento na sua participação relativa, que passou de 56,8% em 1950 para 65,1% em 1995/96. Não obstante este fato, em termos absolutos, houve a retração entre 1950-1995/96, de 47,5% no número de trabalhadores nessa condição.

Quanto à categoria dos empregados permanentes, observa-se que em termos absolutos, houve a redução de 12,8% no período 1950-1995/96, embora em termos relativos, essa categoria tenha aumentado sua participação no conjunto do pessoal ocupado, que passou de 11,6% em 1950 para 22,2% em 1995/96.

A categoria dos trabalhadores temporários, por sua vez, teve no período 1950-1995/96, uma performance diferenciada. Entre 1950 e 1985 essa categoria de trabalhador rural, apresentou incremento significativo, tanto em termos absolutos - passando de 9.630 para 18.717 trabalhadores, representando crescimento de 94,4% no período - como em termos relativos - aumentando sua participação no pessoal ocupado de 9,7% em 1950 para 26,8% em 1985 -. Todavia, entre 1985 e 1995/96, houve redução desse contingente de trabalhadores, tanto numericamente - decaindo de 18.717 em 1985 para 4.319 pessoas em 1995/96, correspondendo a retração de 76,9% -, como em termos relativos - diminuindo de 26,8% para 9,4% do pessoal ocupado.

No que se refere à categoria dos parceiros, estes tiveram na Região de Presidente Prudente ao longo do período analisado, diminuição acentuada na sua participação no conjunto do pessoal ocupado, tanto em termos absolutos, declinando de 21.984 trabalhadores em 1950 para 210 em 1995/96, representando uma retração de 99,0%. Em termos relativos, em 1950 essa categoria representava 21,9% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários e em 1995/96, correspondia 0,4%. Tal redução deveu-se à consolidação do processo de ocupação e povoamento da área, diminuindo assim, as oportunidades dessa categoria continuar se reproduzindo como pequeno agricultor.

sendo expulso para outras regiões ou passando a constituir-se em mão-de-obra temporária.

Não obstante a redução acentuada no pessoal ocupado nas atividades agropecuárias no período analisado verifica-se que tal redução se deu de forma diferenciada considerando-se os diferentes grupos de área, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2. Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários no Estado de São Paulo e na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, por Estrato de Área - 1970 - 1995/96

Anos		Menos de 20 ha	Menos de 20 ha	50 - 100 ha	De 100 ha e mais	TOTAL
		Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
1970	SP	1134154	1134154	65.408	83.494	1.420.040
	MRGPP	85.266	85.266	693	475	88.669
1975	SP	1.044.797	1.044.797	72.698	91.396	1.364.942
	MRGPP	76.167	76.167	2.437	1.536	86.895
1980	SP	993.276	993.276	87.534	116.556	1.376.463
	MRGPP	54.087	54.087	3.141	2.269	67.215
1985	SP	971.329	971.329	77.978	148.036	1.357.290
	MRGPP	55.057	55.057	2.853	4.921	71.078
1995/96	SP	298.639	298.639	103.858	344.601	914.954
	MRGPP	18.028	18.028	4.781	13.244	45.891

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

De forma geral, pode-se afirmar que tanto a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente como o Estado de São Paulo

apresentaram no período 1970-1995/96³ significativa redução no número de pessoas ocupadas. Assim, em termos absolutos, enquanto o Estado de São Paulo apresentou uma diminuição de 35,6% no período, a Microrregião teve uma redução de 48,3% no pessoal ocupado.

Considerando-se os diferentes estratos de área, observa-se que a situação apresentada no período foi diferenciada.

O pessoal ocupado nos estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, apresentou redução significativa tanto na Microrregião como no Estado de São Paulo. Em termos absolutos, o decréscimo foi de 78,9% na Microrregião e de 73,7% no estado; em termos relativos, a participação declinou de 96,2% em 1970 para 39,4% em 1995/96 na Microrregião e de 79,9% em 1970 para 32,7% em 1995/96 no Estado de São Paulo.

Essa significativa redução do pessoal ocupado nos estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, deveu-se, principalmente, ao fato de que neste grupo encontra-se os produtores mais descapitalizados, no qual a terra é insuficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e, por conseguinte, não consegue absorver integralmente a mão-de-obra dos membros da família.

Nesse contexto, os mais jovens se vêem na condição de se assalariarem no meio rural como trabalhadores temporários ou, na maior parte dos casos, a trabalharem em atividades não qualificadas nas cidades próximas.

Quanto aos demais estratos de área, de maior dimensão territorial, constata-se que apresentaram tanto em termos absolutos como relativos, expressivos aumentos do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários.

No estrato de 20 a menos de 50 hectares, a ampliação em termos absolutos do pessoal ocupado na Microrregião foi bem superior à do Estado de São Paulo. Na Microrregião, a elevação foi de 340,1%, sendo que em termos relativos, a participação desse grupo de área cresceu de 2,5% em 1970 para 21,4% em 1995/96. No Estado de São Paulo, o crescimento do número de pessoas ocupadas no estrato de 20 a menos de 50 hectares foi de 22,5%, sendo que sua participação em termos relativos passou de 9,6% em 1970 para 18,3% em 1995/96.

³Os dados referentes ao pessoal ocupado por estrato de área somente estão disponíveis nos Censos a partir de 1970.

No estrato de 50 a menos de 100 hectares, observa-se novamente que a performance da Microrregião no período 1970-1995/96 foi superior à do Estado de São Paulo. Constata-se que neste grupo de área, o pessoal ocupado apresentou na Microrregião um crescimento de 589,9%, elevando em termos relativos sua participação de 0,8% em 1970 para 10,4% em 1995/96. No Estado de São Paulo, a elevação foi de 58,8% no período, sendo que a participação do pessoal ocupado passou de 4,6% em 1970 para 11,4% em 1995/96.

No estrato de 100 hectares e mais, o pessoal ocupado na Microrregião apresentou no referido período um crescimento na sua participação de 2.688,2%, sendo que em termos relativos, elevou-se de 0,5% em 1970 para 28,8% em 1995/96. Quanto ao Estado de São Paulo, o pessoal ocupado neste grupo de área teve uma elevação de 312,7%, ampliando sua participação em termos relativos, de 5,9% em 1970 para 37,6% em 1995/96.

Dessa forma, deve-se ressaltar a importância que os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares tem na absorção da maior parcela do pessoal ocupado no meio rural, que em 1995/96 correspondeu a 71,2% do total, e a forte presença da categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família no conjunto da mão-de-obra utilizada, que nesse ano representou 65,1% do total

6. Considerações Finais

Com a retomada das discussões sobre a produção familiar a partir dos anos 1990, essa categoria de produtores tornou-se um dos principais elementos norteadores dos debates sobre a questão agrária brasileira. Nesse contexto, o presente texto procurou abordar a forma como essas unidades produtivas se inseriram na dinâmica econômica da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, especialmente a partir dos anos 1950, com a expansão da pecuária extensiva e a retração da produção e da área ocupada com as lavouras temporárias e permanentes.

Dessa forma, ficou evidenciado que, não obstante a menor área ocupada pelas unidades produtivas familiares, estas foram responsáveis pela maior parcela da produção agrícola e de leite da Região de Presidente Prudente. Do ponto de vista social, essas unidades produtivas, organizadas predominantemente com o trabalho dos membros da família, absorveram parcela considerável do pessoal ocupado no meio rural.

Assim, além de se dedicarem ao cultivo de produtos tradicionais da região, como o algodão, o milho, o feijão, a mandioca, etc., que enfrentam problemas econômicos estruturais, parcela desses agricultores, mais capitalizados, passou a se dedicar ao cultivo de produtos mais intensivos em termos de capital e de mão-de-obra como a batata-doce, a fruticultura (melancia, maracujá, manga, etc) e a horticultura. Essas novas alternativas de cultivos foram possibilitadas pela maior inserção destes produtores ao mercado e pela urbanização mais intensa da referida região e do próprio Estado de São Paulo.

Nesse contexto, deve-se ressaltar que embora tenha ocorrido a especialização produtiva dessas unidades, com a predominância de um ou dois produtos destinados prioritariamente ao mercado, verificou-se que a diversificação das atividades é uma constante, aparecendo a pecuária de corte e de leite como complementares à atividade econômica principal.

Referências Bibliográficas

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censos Agrícolas do Estado de São Paulo de 1950 e 1960**. Rio de Janeiro: FIBGE.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96**. Rio de Janeiro: FIBGE.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Contagem da População de 1996**. Rio de Janeiro: FIBGE.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo – 1996**. São Paulo: IEA/CATI/SAA. 4 volumes. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec. 1981. 210
- LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL. 1972. 249p.
- LEITE, José Ferrari. Um retrato da região prudentina. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, AGB. No. 1-5. p. 127-135, 1981/83.

- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984. 392 p.
- RELATÓRIO PRODER/ SEBRAE – PROGRAMA DE EMPREGO E RENDA /SEBRAE/FUNDACE. **Perspectiva para a Micro e Pequena empresa no desenvolvimento da Região Administrativa de Presidente Prudente**. São Paulo: SEBRAE/FUNDACE. 4 volumes, 1998 (Relatório de Pesquisa).